



Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada <u>322664</u>
Classificação
<u>05/03/02</u>
Data <u>9/7/24</u>



Por determinação de SESP/AR, à
Sra. Secretária da Mesa _____

09.07.27
[Handwritten signature]

<input type="checkbox"/>	REQUERIMENTO	Número _____ / x (___ª)
<input checked="" type="checkbox"/>	PERGUNTA	Número <u>3967</u> / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>27/07/2009</u>
Q Secretária da Mesa <i>[Handwritten signature]</i>

Assunto: **Pressões ilegítimas sobre médicos do Hospital de Cascais**

Destinatário: **Ministério da Saúde**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República,

Chegaram ao conhecimento deste grupo parlamentar informações que relatam de pressões por parte da entidade gestora do Hospital de Cascais, do Grupo HPP, no sentido de forçar os médicos (e eventualmente outros profissionais) a pedir a exoneração da função pública para assinar contratos com essa entidade.

Lembre-se que esta entidade, que venceu o concurso de privatização da gestão, modelo PPP, criado pelo PSD e continuado pelo PS, assegura a gestão da unidade antiga até à abertura do novo Hospital.

Tais pressões são totalmente inaceitáveis e violam aliás as obrigações e regras do contrato que regula este negócio.

O Ministério da Saúde, independentemente das suas opções negativas em relação à construção e gestão, está obrigado a zelar pelos direitos dos profissionais.

Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, venho requerer através de V. Exa., à Ministra da Saúde, resposta às seguintes perguntas:

- Tem o Ministério da Saúde conhecimento destas ilegítimas pressões?
- Elas ocorrem só sobre médicos ou também sobre outros profissionais?



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- Que medidas pretende tomar o Governo em relação a esta situação?

Palácio de S. Bento, 24 de Julho de 2009

Bernardino Soares

Deputado